



32 da Cunha Campbell, representante da **Águas Cuiabá S.A**; Sr. João Clímaco Soares
33 de Mendonça Filho e Sra. Isabela Victor Braun, representantes do **FONASC**; Sr.
34 Álvaro Fernando Cícero Leite, representante do **Instituto Ação Verde**; Sr. Gabriel
35 Dionísio Mancilla, representante da **APROFIR**; Sr. Kassiano José Riedi,
36 representante do **SINECAL**; e, Sra. Leonice de Souza Lotufo, representante do
37 **ITEEC BRASIL**. A reunião foi aberta pelo Secretário Executivo, que cumprimenta a
38 todos e após a conferência do quórum, solicita inclusão de pauta da demanda
39 advinda do CBH Cuiabá, que em razão da Resolução Conjunta CEHIDRO/CBH
40 CUIABÁ-ME nº 01, de 15 de setembro de 2022, o CEHIDRO deve indicar os
41 representantes deste Conselho para integrar o Grupo de Acompanhamento da
42 Elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica (PBH) do Médio e Alto Rio Cuiabá, GAP-
43 UPG P4, sendo um representante do poder público, um representante da sociedade
44 civil e um representante dos usuários. Salienta que há urgência na indicação pelo
45 CEHIDRO, pois os membros do CBH acreditam que possa ser prejudicial ao
46 desenvolvimento dos trabalhos a indicação apenas na reunião de novembro. Do
47 que não houve nenhuma manifestação contrária a inclusão de pauta. A conselheira
48 Alessandra Panizi pede a palavra. Diz que a OAB juntamente com a APROFIR
49 gostaria de discutir alguns pontos de melhoria dentro das portarias de outorga, que
50 não é uma questão técnica, mas que é algo que gostaria de abrir uma discussão.
51 Destaca que analisando as câmaras técnicas, não verificou nenhuma que seja
52 possível essa discussão. Pergunta qual é o procedimento para propor essa
53 discussão. O Secretário Executivo diz que há um tempo atrás o Pleno decidiu que
54 todos os assuntos voltados a outorga seriam discutidos na Câmara Técnica de
55 Águas Subterrâneas - CTAS, independente se outorga de água subterrânea,
56 outorga de água superficial ou outorga de diluição. Sendo assim, solicita que a
57 proposta de discussão seja encaminhada a Secretaria Executiva, que esta fara o
58 encaminhamento a CTAS. A conselheira Alessandra Panizi diz que então fará a
59 solicitação juntamente com a APROFIR, por e-mail, ainda nesta semana, para o
60 encaminhamento a CTAS. Na sequência, passou-se a apreciação da Ata da 96ª
61 Reunião Ordinária. Que sem nenhuma alteração, foi aprovada por unanimidade.
62 Após, passou-se ao item 3 da pauta, a análise e deliberação quanto ao Plano





63 Integrado de Recursos Hídricos das Unidades de Planejamento e Gerenciamento
64 Alto Paraguai Médio e Alto Paraguai Superior – UPGs P2 e P3. Que foi retirado de
65 pauta da reunião passada, em razão do pedido de vista feita pelo FONASC. Solicita
66 que o FONASC faça a exposição do parecer apresentado. A conselheira Isabela
67 Braun inicia destacando que um dos objetivos do FONASC é observar se está
68 acontecendo a efetiva participação popular na elaboração de políticas públicas no
69 que diz respeito a gestão de recursos hídricos, e que por este motivo solicitou vistas
70 da matéria em discussão. Salaria que o FONASC não está discordando do
71 conteúdo do Plano, muito pelo contrário, o FONASC reconhece o trabalho dos
72 cientistas envolvidos na elaboração. Mas se preocupa com a participação da
73 população em geral, e não somente de alguns grupos. Enfatiza que é nítida a
74 preocupação legislativa acerca da participação dos CBHs nos processos que
75 efetivam as políticas públicas e gestão dos recursos hídricos, bem como no
76 processo de elaboração dos planos de recursos hídricos. Ocorre que, tantos os
77 documentos apresentados na plenária quanto os disponibilizados pela
78 Coordenadoria de Ordenamento Hídrico/SEMA, não se observa a participação do
79 CBH do Alto Paraguai Superior, por falta de fomento na elaboração desse plano.
80 Cita como exemplo que o Plano começou a ser elaborado em 2018 e a proposta de
81 criação do CBH do Alto Paraguai Superior se deu em 2019, então de 2019 para cá
82 já se passaram três anos e não houve fomento para a efetivação desse CBH,
83 porque até a presente data não tem os conselheiros empossados. Diz que a
84 Resolução CNRH nº 145, que traz as diretrizes para a elaboração de planos de
85 bacias hidrográficas, dispõe que nos casos de bacias e regiões hidrográficas onde
86 ainda não existam CBH que abranjam a totalidade da área, o Conselho Nacional,
87 ou o Estadual, de Recursos Hídricos é que decidirá pela elaboração dos Planos de
88 Recursos Hídricos e de Bacias Hidrográficas, contemplando as bacias e regiões. E
89 foi isso que aconteceu no presente caso, foi o CEHIDRO quem deu início a
90 elaboração desse plano. Porém, o art. 5º também expõe que os Planos de Recursos
91 Hídricos serão elaborados pela entidade gestora correspondente e acompanhados
92 por uma instância específica. Sendo que essa instância específica de
93 acompanhamento contemplará a participação das entidades civis de recursos





94 hídricos, usuários das águas e poder público, buscando-se uma representação
95 similar à preconizada para comitês de bacia. Diz que com base nos documentos
96 apresentado, não foi visualizado pelo FONASC a criação dessa instância
97 específica. Destaca que conforme documentos disponibilizados pela Coordenadoria
98 de Ordenamento Hídrico, tanto na fase de Diagnóstico, Prognósticos, Plano de Ação
99 e Enquadramento, percebe-se a participação de apenas alguns municípios
100 integrantes das UPGs, sendo Arenápolis, Barra do Bugres, Denise, Mirassol do
101 Oeste, Cáceres, Diamantino e Tangará da Serra, no entanto conforme consta das
102 informações apresentadas pelo plano apresentado à Plenária do CEHIDRO, as
103 UPGs em discussão abrangem 22 municípios. Diz também, que os documentos
104 apresentados como comprovação da realização de atividades com a sociedade e
105 setores interessados, estão somente no formato de vídeo, não sendo acompanhado
106 de ATA muito mesmo de lista de presença. Quanto ao enquadramento, diz que foi
107 apresentado o enquadramento das águas superficiais, porém não fora apresentado
108 o enquadramento das águas subterrâneas. Chama a atenção para o disposto nos
109 artigos 1º e 2º, da Resolução CNRH 91/2008. Nesse ponto, argumenta que não foi
110 estipulado um prazo para o enquadramento das águas subterrâneas, bem como
111 não houve a participação do CBH do Alto Paraguai Superior no processo de
112 elaboração do Plano. Salienta que esse prazo deveria ser mencionado, tendo em
113 vista o cenário atual enfrentado pelo estado, de uso desenfreado dos lençóis
114 freáticos. Diante do exposto, chama a atenção para as propostas de
115 encaminhamento apresentadas no parecer pelo FONASC. O Secretário Executivo
116 diz que, como superintendente de recursos hídricos/SEMA, gostaria de fazer uma
117 fala. Diz que de fato o CBH do Alto Paraguai Superior, por lei, não está de fato
118 instituído, e por esta razão não fora incluído na discussão de elaboração do Plano.
119 Mas foram realizadas três reuniões no município de Diamantino, onde todos
120 puderam participar, assim como foi registrada a presença de pessoas de
121 Nortelândia, do Alto Paraguai. Diz entender que o Plano abrange 22 municípios,
122 porém, seria inviável técnica e financeiramente reuniões nos 22 municípios. Desse
123 modo, foram escolhidos municípios polo, e feita a divulgação nos demais
124 municípios. Destaca que os membros dos CBHs poderiam estar participando





125 presencialmente das reuniões, através de recursos do Procomitês. Destaca que no
126 período da pandemia as reuniões foram feitas no formato híbrido, possibilitando a
127 ampla participação. Quanto a instância específica de acompanhamento, fora criado
128 o Grupo de Acompanhamento da Elaboração do Plano Integrado de Recursos
129 Hídricos das Unidades de Planejamento e Gerenciamento Alto Paraguai Médio e
130 Alto Paraguai Superior – GAE P2/P3, através da Portaria nº 631/2018 da Secretaria
131 de Estado de Meio Ambiente, onde tinha como membros: representantes do poder
132 público, sociedade civil, usuários e dos CBHs Sepotuba e Cabaçal. Destaca que
133 quando se fala em gestão de recursos hídricos, o ideal é integrar água superficial e
134 água subterrânea, mas como o estado de Mato Grosso conseguirá fazer essa
135 integração, sendo que ainda não conhecemos tecnicamente as características do
136 nosso subsolo. Diz que a Sema está na tramitação de um Termo de Referência para
137 uma área piloto do primeiro estudo hidrogeológico no estado, que acontecerá na
138 região dos Parecis. Diz que outro aspecto que faz com que o enquadramento seja
139 obrigatório é a preocupação com relação a qualidade da água. Então, os mananciais
140 que foram enquadrados em função dos estudos, eles já estão com problemas de
141 qualidade da água, sendo assim, devem ter o enquadramento com metas
142 progressivas. Após, passou-se a palavra a conselheira Leonice Lotufo. Que diz que
143 como representante da sociedade civil, membro do CEHIDRO, eleita para compor
144 o GAE e também para realizar o fomento junto ao CBH Alto Paraguai Superior,
145 realizou a divulgação das reuniões que iriam acontecer junto aos prefeitos e
146 prefeituras, realizou a divulgação também nas rádios. Salienta que o CBH Alto
147 Paraguai Superior mesmo que ainda não empossado, o que provavelmente
148 acontecerá ainda neste ano, toda a comissão se propôs a ajudar na organização
149 desses encontros, na divulgação e também participaram efetivamente das reuniões.
150 Destaca que vários usuários de água da região, a sociedade civil local e até mesmo
151 representantes de entidades de Cuiabá/MT e assessores políticos participaram
152 dessas reuniões. Além do convite feito aos CBHs Sepotuba e Cabaçal, para que
153 participassem e divulgassem a realização das reuniões. Apesar de um presidente
154 de CBH dizer que não era função do CBH realizar essa atividade de divulgação. Foi
155 feita a divulgação dessas reuniões, mesmo no período da pandemia, e houve uma





156 resposta de boa parte da população. Após, passou-se a palavra ao conselheiro
157 Sergio Batista. Que diz que participou de praticamente todas as reuniões públicas
158 e pode dizer que foi feito um exaustivo trabalho de divulgação para que houvesse a
159 participação plena em todas as reuniões. Diz que foram até os municípios, e em
160 algum deles não teve uma grande participação, mas todos que realmente estavam
161 interessados se fizeram presente. E todas as opiniões foram colhidas e isso
162 inclusive foi levado em consideração para a escolha de outros municípios no
163 decorrer da elaboração do plano, para que a gente pudesse obter maior
164 participação. Salaria que em todas as etapas do plano foram feitas reuniões
165 públicas em municípios de certa forma equidistantes, para a gente propiciar uma
166 participação de toda a sociedade. Destaca que sempre se buscou a efetiva
167 participação dos diversos setores da sociedade para se enriquecer as questões do
168 plano. Ocorre que, o recurso infelizmente é limitado, o que nos leva a otimizar os
169 custos, o que se torna um grande desafio. Quanto ao enquadramento, explica que
170 no Brasil a questão da água subterrânea é muito complexa, são pouquíssimos
171 exemplos em, principalmente, estados que conseguiram iniciar seus processos de
172 enquadramento de água subterrânea, porque é necessário conhecimento do
173 subsolo. Diz que a nível de Brasil agora que está começando a se intensificar, e no
174 Mato Grosso a SEMA, através da superintendência de recursos hídricos, está dando
175 início ao estudo hidrogeológico, que vai começar pela Bacia do Parecis. Diz
176 acreditar que esse ainda não é o momento de se falar em enquadramento de água
177 subterrânea, uma vez que a cidade fomenta esse enquadramento quando se
178 constata pioras gradativas na qualidade da água subterrânea, e isso não é uma
179 constatação que temos ainda aqui no estado. Mas sim o enquadramento da água
180 superficial, que é onde temos estudos de longo tempo e nós temos situações em
181 que a piora foi constatada, as classes são evidentes e nós precisamos sim propiciar
182 o enquadramento desses corpos d'água. Após, o conselheiro Sérgio Batista passou
183 a palavra a Sra. Laura Rutz. Que diz que está na reunião apenas como convidada,
184 justamente em razão da pauta, pois foi uma conselheira que acompanhou desde o
185 início todo o processo de construção do Plano. Agradece ao conselheiro Sergio por
186 sempre fazer falas técnicas e esclarecedoras. Destaca que desde o início, quando





187 se criou um grupo especial, o GAE, houve todo o procedimento desde a escolha
188 dos conselheiros que iriam acompanhar esse trabalho, de maneira mais incisiva,
189 teve a contratação da UNISELVA e aí passamos para a etapa de elaboração dos
190 produtos, e com isso vieram todas as questões de campo, reuniões públicas e etc.
191 Salienta que quanto a questão de divulgação, realmente, foi a primeira e principal
192 crítica de quase todos os conselheiros, e quem participou do processo pôde notar
193 que não era nenhum defeito da Secretaria, nem da Universidade, mas realmente
194 falta de adesão do público. Diz que foi testemunha de que todos os meios possíveis
195 de comunicação foram utilizados, inclusive, todos os conselheiros deveriam estar
196 na sua obrigação de tentar atingir o seu público alvo. Cita como exemplo, que a
197 época como conselheira representante da FAMATO, representando o setor de
198 usuários, nós fizemos muitas divulgações para o nosso público, inclusive,
199 chamando eles para essas reuniões públicas, para que os materiais fossem
200 coletados, e verificamos dentro do nosso público essa dificuldade de alcance,
201 porque realmente acontece uma falta de interesse da população. Descreve que
202 desde o início foi apontado por alguns conselheiros tudo aquilo que precisava ser
203 preenchido pela Universidade, modificado, o que atendia ou não a região. Diz que
204 como já foi dito, foram escolhidas algumas regiões de forma estratégica e quanto a
205 isso não vê problema nenhum, principalmente legal, uma vez que não tem como a
206 gente invalidar o Plano Nacional porque a ANA não visitou os 5.400 municípios.
207 Sendo assim, desde já, esse questionamento não é válido porque as regiões que
208 foram escolhidas, foram escolhidas de forma estratégica e inteligente, e quando se
209 viu que não estava atingindo um público satisfatório tentou-se novamente mudar os
210 polos regionais e aconteceu o mesmo problema. Diz acreditar que mesmo que
211 fossem visitados todos os municípios, não atingiria o que foi solicitado no parecer.
212 Quanto ao compromisso de cada conselheiro, o papel de cada um, diz que a época
213 fez apontamentos como cidadã, pois é da cidade de Barra do Bugres e só teve
214 reunião na cidade na segunda rodada de reuniões públicas. Então fez
215 apontamentos com base nos seus conhecimentos pessoais, contribuindo também
216 como cidadã para a construção do documento. Quanto aos documentos das
217 reuniões, diz ter certeza que a Secretaria tem todos porque acompanhou





218 presencialmente todas as reuniões públicas, e tinha lista de presença, teve registro
219 fotográfico. Salienta que quantidade nunca é sinônimo de qualidade, então por mais
220 que tivemos lugares que não tinha a plateia cheia, nós conseguimos chegar a um
221 resultado satisfatório. Quanto a questão de águas subterrâneas reitera o que foi dito
222 pelo conselheiro Sergio Batista, argumentando que se trata de um histórico tratado
223 pelo Conselho, e que essa questão é um desafio nacional, pois é um estudo muito
224 oneroso, em um campo desconhecido científica e técnica. Destaca que todas as
225 sugestões de mudança/alteração foram acatadas pela UNISELVA, está sempre
226 flexível a sentar-se à mesa e compreender a real situação de cada município, de
227 cada região. Finaliza parabenizando a equipe da Secretaria e da Universidade, e
228 agradecendo a todos os conselheiros que somaram esforços nesse trabalho. Após,
229 passou-se a palavra ao conselheiro José Roberto. Que diz que como representante
230 da ABAS, gostaria de reforçar o que já foi dito quanto a águas subterrâneas.
231 Destaca que para se fazer o enquadramento do aquífero é preciso conhecer, e nós,
232 infelizmente, ainda não temos nenhum mapeamento hidrogeológico do estado.
233 Solicita informações sobre o TR dos estudos hidrogeológico. O Secretário Executivo
234 responde que o TR dos estudos hidrogeológico está em fase de elaboração do
235 edital. Após, passa a palavra ao conselheiro Gabriel Mancilla. Que diz que o Plano
236 é um trabalho extremamente detalhado e é o que a gente precisa no estado.
237 Pergunta se esse material será disponibilizado sobre alguma forma de shapefile,
238 banco de dados ou alguma outra forma digital, que permita interação. O Secretário
239 Executivo responde que o Plano será disponibilizado após sua aprovação final pelo
240 CEHIDRO. Explica que caso a aprovação ocorra nesta reunião, o Plano terá
241 lançamento oficial no dia 12/12/2022 durante o 11º Seminário Estadual de Recursos
242 Hídricos e após o lançamento terá ampla divulgação e será disponibilizado no site
243 da Sema. Solicita aos conselheiros que não disponibilizem os ebooks
244 encaminhados por e-mail para outras pessoas, porque a Coordenadoria de
245 Ordenamento Hídrico/Sema verificou uma inconsistência na ficha catalográfica dos
246 produtos finais do PRH P2/P3, sendo necessária uma correção nas mesmas, o que
247 foi solicitado junto à Uniselva. Explica que tal correção irá alterar apenas a folha de
248 rosto dos produtos e as fichas catalográficas, localizadas na página 6, todo o





249 restante do conteúdo mantendo-se inalterado. Após, passou-se a palavra ao
250 conselheiro João Clímaco. Que parabeniza a todos pelo trabalho. Pergunta a equipe
251 técnica quais foram as fases mais desafiadoras do plano, que exigiram um maior
252 esforço da equipe. Solicita que sejam disponibilizadas as listas de presença dos
253 encontros públicos, para que possa analisar novamente a participação do FONASC
254 como também a dos parceiros, pois muito do parecer apresentado foram
255 solicitações desses. O Secretário Executivo diz que para a SEMA a fase mais difícil
256 foi o diagnóstico, talvez por ser um trabalho novo e a gente não ter essa expertise.
257 Salienta que esse Plano é o primeiro, então é tudo novo e a gente foi aprendendo.
258 A Sra. Laura Rutz diz concordar que o diagnóstico foi a fase mais difícil, e
259 principalmente esclarecer que os trabalhos iniciaram sob outra superintendência,
260 não era toda essa a equipe inicial na elaboração. Diz que tiveram problemas iniciais
261 de atraso nos trabalhos, nas reuniões, de didática, e depois que a atual equipe
262 assumiu, as coisas melhoraram e mesmo na pandemia conseguiram dar andamento
263 nos trabalhos de elaboração do plano. Após, passou-se a palavra ao conselheiro
264 Jhonatan Barbosa. Responde que a parte mais desafiadora desse trabalho de
265 planos é a construção desse banco de dados, é algo que custa tempo, dinheiro e
266 envolve a participação dos vários setores usuários em contribuir com informações.
267 Destaca que para a equipe técnica as fases mais desafiadoras foram o diagnóstico
268 e prognóstico. Pontua que foi adotado a estratégia de ir visitar os municípios de
269 Diamantino, Tangará da Serra, Cáceres, Mirassol D'Oeste, Arenápolis, Denise e
270 Barra do Bugres, onde se teve a participação da população em todos os municípios.
271 Diz que inicialmente se realizou as reuniões de forma presencial e em dado
272 momento as reuniões passaram a ser híbridas, mas em todas se teve ampla
273 divulgação. Salienta que a questão das águas subterrâneas e outros pontos estão
274 previstos no plano de ações. Diz que o plano de ações busca revisar vários itens,
275 inclusive implementar a questão do monitoramento das águas subterrâneas.
276 Destaca que dentro de vinte anos o plano passará por revisão e aprimoramento. O
277 Secretário Executivo solicita ao conselheiro Jhonatan que envie para a secretaria
278 executiva as listas de presença dos encontros públicos, para que sejam enviadas
279 ao conselheiro João Clímaco. O conselheiro Jhonatan diz que irá encaminhar.





280 Destaca que as reuniões e oficinas públicas foram gravadas em todos os
281 municípios. O conselheiro João Clímaco diz que um dos motivos do FONASC fazer
282 tais solicitações diz respeito também a necessidade não só dos usuários, mas dos
283 representantes da sociedade civil presente, em ter uma devolutiva por parte do
284 nosso trabalho no conselho em relação ao plano. Destaca que sentiu falta das
285 recomendações, na primeira apresentação do plano, pois o plano de ações é algo
286 que está posto mas a recomendação é algo marcante nos planos. O conselheiro
287 Jhonatan diz que no resumo executivo tem um item inteiro de recomendações para
288 cada setor usuário. O conselheiro João Clímaco pergunta como está a questão do
289 marco legal para água subterrânea no estado. O Secretário Executivo responde que
290 o marco legal é a Lei Estadual nº 9.612/2011, que legisla acerca de águas
291 subterrâneas no estado de Mato Grosso. O conselheiro João Clímaco pergunta
292 como está a situação da disponibilização de informações acerca das águas
293 subterrâneas. O Secretário Executivo responde que até a implementação do
294 Sistema Siga Hídrico os processos eram físicos, então as informações precisam ser
295 consultadas nesses processos físicos, pois a Secretaria não possui as informações
296 em formato digital. Caso algum setor tenha o interesse em verificar qualquer
297 informação de água subterrânea ou superficial deve fazer a solicitação formal e o
298 setor disponibiliza os processos para consulta. Após, passou-se a aprovação da
299 minuta de Resolução CEHIDRO nº 155. Votaram pela aprovação: SEMA, SEPLAG,
300 SEAF, SES, UFMT, ABAS, AMM, OAB, CBH RH Amazônica Vaga 02, IESCBAP,
301 FAMATO, FIEMT, SINDENERGIA, INSTITUTO AÇÃO VERDE, APROFIR,
302 SINECAL e ITEEC BRASIL. Em abstenção: FONASC. Sendo assim, a minuta de
303 Resolução CEHIDRO nº 155, de 27 de outubro de 2022, fora aprovada por maioria
304 dos votos. Na sequência, passou-se a aprovação da minuta de Resolução
305 CEHIDRO nº 156. Votaram pela aprovação: SEMA, SEPLAG, SEAF, SES, UFMT,
306 ABAS, AMM, OAB, CBH RH Amazônica Vaga 02, IESCBAP, FAMATO, FIEMT,
307 SINDENERGIA, INSTITUTO AÇÃO VERDE, APROFIR, SINECAL e ITEEC
308 BRASIL. Em abstenção: FONASC. Sendo assim, a minuta de Resolução CEHIDRO
309 nº 156, de 27 de outubro de 2022, também restou aprovada por maioria dos votos.
310 O Secretário Executivo informa que as resoluções serão encaminhadas ao setor de





311 licenciamento da Sema, que a partir de agora devem seguir esse enquadramento
312 para as questões de licenciamento ambiental. Após, passou-se ao item de inclusão
313 de pauta, eleger os representantes do CEHIDRO para compor o Grupo de
314 Acompanhamento da Elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica (PBH) do Médio
315 e Alto Rio Cuiabá, GAP-UPG P4, sendo: um representante do Poder Público; um
316 representante do Sociedade Civil; e, um representante dos Usuários. No setor
317 Poder Público a SEMA se candidatou; no setor Sociedade Civil: INSTITUTO AÇÃO
318 VERDE; e, no setor Usuários: FIENTM, FAMATO, SINDENERGIA e APROFIR. Por
319 fim restaram eleitas as seguintes entidades: SEMA, INSTITUTO AÇÃO VERDE e
320 SINDENERGIA. O conselheiro Gabriel Mancilla diz que existem demandas não
321 atendidas pelo sistema Siga Hídrico e gostaria de solicitar a inclusão desse assunto
322 na pauta da próxima reunião. O Secretário Executivo diz que a pauta da próxima
323 reunião já foi enviada aos conselheiros, mas o conselheiro pode solicitar inclusão
324 de pauta no início da reunião. Informa que a equipe está tentando, na medida do
325 possível, resolver todos os problemas do Siga Hídrico. Diz que existe uma equipe
326 formada por técnicos da Sema e funcionários da empresa contratada para
327 desenvolver o sistema, em busca de resolver todos os bugs apresentados. O
328 conselheiro José Roberto diz que foi levantado na CTAS a questão do novo Decreto
329 de multas que majorou em muito o valor da multa nos casos de clandestinidade de
330 poços, a ideia inicialmente era discutir esse assunto no CEHIDRO, porém surgiu a
331 informação de que a SEMA já tem um processo requerendo a revisão desse
332 decreto. Pergunta se o Secretário Executivo poderia informar o andamento desse
333 processo. O Secretário Executivo diz que não tem essa informação nesse momento,
334 mas de fato existe um processo caminhando na Secretaria. Diz que irá levantar essa
335 informação e repassa assim que possível. A conselheira Telma Monteiro pergunta
336 a número do decreto. O Secretário Executivo diz que enviará uma cópia do decreto
337 para a secretária do conselho, para que ela possa encaminhar a todos os
338 conselheiros. Por fim, nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo encerra
339 a reunião às 15h40min e eu, Danielly Guia da Silva, lavrei esta ATA que será
340 assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de
341 Recursos Hídricos – CEHIDRO.





Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE



342

343

344

345 **Mauren Lazzaretti**
346 Presidente do CEHIDRO

Luiz Henrique Magalhães Noquelli
Secretário Executivo do CEHIDRO



Assinado com senha por LUIZ HENRIQUE MAGALHAES NOQUELLI - Secretário Executivo / Conselho Estadual de Recursos Hídricos - 17/02/2023 às 09:32:14 e MAUREN LAZZARETTI - Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos / GSMA - 17/02/2023 às 15:30:45.
Documento Nº: 7052761-4211 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7052761-4211>



SEMADIC202304056A

SIGA